

Entre o caderno e o algoritmo: a escola diante da inteligência artificial



O início de um novo ano letivo sempre carrega a promessa de recomeço. É tempo de rever práticas, reorganizar currículos e renovar expectativas sobre o papel transformador da educação. Em 2026, porém, esse ritual pedagógico é atravessado por um fator que impõe urgência e cautela: a entrada acelerada da inteligência artificial no cotidiano escolar.

Impulsionadas por grandes empresas de tecnologia, soluções baseadas em IA vêm sendo apresentadas a redes públicas e privadas como respostas quase milagrosas para problemas históricos da educação, como a defasagem de aprendizagem, a evasão escolar e a sobrecarga do professor. A narrativa é sedutora: automatizar tarefas, personalizar conteúdos, “otimizar” o ensino. O risco está justamente na ausência de reflexão crítica sobre o que se ganha — e o que se perde — quando se delega à máquina parte do processo educativo.

Nos países desenvolvidos, a adoção dessas tecnologias costuma ocorrer de forma mais cautelosa. Há debates institucionais, participação da comunidade escolar, projetos-piloto e diretrizes claras sobre limites éticos e pedagógicos. Experiências como a da Estônia, que optou por ensinar alunos e professores a compreender, questionar e usar criticamente os sistemas de IA, indicam uma escolha estratégica: a tecnologia como objeto de aprendizagem e ferramenta de apoio, não como substituta do pensamento humano.

Mesmo nesses contextos, o desafio é grande. Professores já iniciam o ano lidando com salas heterogêneas, currículos extensos e demandas emocionais cada vez mais complexas. Acrescentar a exigência de incorporar IA ao cotidiano escolar, muitas vezes sem preparo adequado, amplia a sensação de insegurança. A diferença é que, nesses países, a pressão costuma vir acompanhada de formação continuada, tempo para reflexão e apoio institucional.

Em grande parte dos países em desenvolvimento, o cenário é mais preocupante. A inteligência artificial chega às escolas como pacote pronto, frequentemente vinculado a interesses comerciais, sem debate pedagógico profundo ou critérios claros de uso. Nesse contexto, o que poderia ser uma ferramenta de apoio corre o risco de se transformar em um atalho cognitivo, estimulando alunos a terceirizar o raciocínio, a escrita e a resolução de problemas a sistemas que entregam respostas rápidas, mas não constroem conhecimento.

O efeito colateral é perverso. Em vez de reduzir desigualdades, a adoção indiscriminada da IA pode ampliá-las. Estudantes de contextos mais favorecidos tendem a contar com mediação qualificada — professores preparados, famílias atentas, escolas estruturadas. Já os mais vulneráveis ficam expostos a um uso acrítico da tecnologia, que enfraquece a aprendizagem e compromete o desenvolvimento intelectual de longo prazo.

O começo do ano letivo deveria ser, portanto, um momento de escolhas conscientes. A pergunta central não é se a inteligência artificial deve ou não estar na escola, mas a serviço de qual projeto educativo ela será colocada. Sem planejamento, critérios claros e formação docente sólida, a IA

corre o risco de repetir um velho roteiro: prometer modernização, falhar na melhoria da educação e ainda correr aquilo que ela tem de mais essencial — a capacidade humana de pensar, questionar e aprender. Modernizar a escola não é automatizar o pensamento. É fortalecê-lo.

Foto: Ilustrativa / Divulgação

<https://www.jornalpanfletus.com.br/cp3.masterix.inf.br/noticia/7790/entre-o-caderno-e-o-algoritmo-a-escola-diante-da-inteligencia-artificial-em-28/06/2026-00:52>